

Anexo I – Manual de Usuário

Berna - Busca Eletrônica Recursiva Usando Linguagem Natural

Manual de usuário

Brasília, DF
Agosto de 2025

Histórico de alterações

A primeira edição deste manual foi publicada em agosto de 2025. À medida que avança a implementação do sistema Berna, o manual é atualizado para melhor orientar seus usuários de acordo com o [Informativo: como implementar o controle de versões de sistemas integrados à PDPJ-Br](#).

Data	Versão	Descrição
01/08/2025	1.0	Publicada em agosto de 2025

Sumário

Anexo I – Manual de Usuário.....	1
Glossário	4
Introdução	5
Apresentação.....	6
Visão geral.....	6
Instruções Iniciais	7
Configurações recomendadas e perfis de usuário	11
Solução de problemas	13
Solução de problemas	17
Perguntas Frequentes (FAQ).....	17
Links úteis e informações para contato	19
Informações para contato	19
Legislação.....	19
Atos do CNJ	19

Glossário

Lista de siglas e abreviamentos

- Berna – Busca Eletrônica Recursiva usando Linguagem Natural
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- IA – Inteligência Artificial
- LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
- PDPJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário
- PGE – Procuradoria Geral do Estado
- TJGO – Tribunal de Justiça de Goiás

Introdução

Este manual tem como objetivo auxiliar magistrados(as) das unidades judiciais e as equipes técnicas dos tribunais na utilização da Berna (Busca Eletrônica Recursiva usando Linguagem Natural) na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ). Os aspectos técnicos e operacionais foram documentados de forma clara e acessível, garantindo que os usuários possam interagir eficientemente com a solução.

Para garantir uma experiência de usuário consistente e livre de contratempos, recomendamos a leitura atenta deste manual antes de iniciar a utilização dos sistemas.

Caso surjam dúvidas ou necessidades de suporte adicional, entre em contato com a equipe responsável pelo link <https://suporteti.cnj.jus.br/>

Apresentação

Visão geral

A Berna (Busca Eletrônica Recursiva Usando Linguagem Natural) é uma solução de inteligência artificial desenvolvida e disponibilizada, inicialmente, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para uso integrado com o sistema de Processo Eletrônico. Seu objetivo é promover a eficiência na tramitação dos processos judiciais e facilitar a rotina de trabalho das unidades judiciárias, visando uma prestação jurisdicional mais precisa e célere.

Inicialmente, a Berna operava com aprendizagem supervisionada para identificar processos com similaridade a precedentes. Atualmente, utiliza aprendizagem não supervisionada, Processamento de Linguagem Natural, aprendizagem por similaridade e Redes Neurais Artificiais para localizar fatos, teses jurídicas e pedidos em petições iniciais, agrupando demandas repetitivas nas causas de pedir e nas teses jurídicas.

Instruções Iniciais

Ao acessar o portal pela primeira vez, você será direcionado(a) a uma navegação guiada por todo o portal (Figura 1). Nela, serão demonstradas as principais funcionalidades presentes na página Inicial, bem como as áreas existentes. Caso não queira acessar, você poderá pular.

Acesso via Gov.br

Para acessar a Berra com o Gov.br, siga as seguintes etapas:

1. Clique em “Entrar com gov.br” (Figura 3)



jus.br | JUSTIÇA EM UM SÓ LUGAR

Você está se autenticando em Portal Jus.br

CPF/CNPJ
000.000.000-00

Senha
Digite sua senha

Entrar

Outras opções de acesso

Entrar com **gov.br**

 Seu certificado digital

Precisa de ajuda? Entre em contato com o suporte no endereço eletrônico: <https://suporteti.cnj.jus.br>

Figura 1 – Login via gov.br

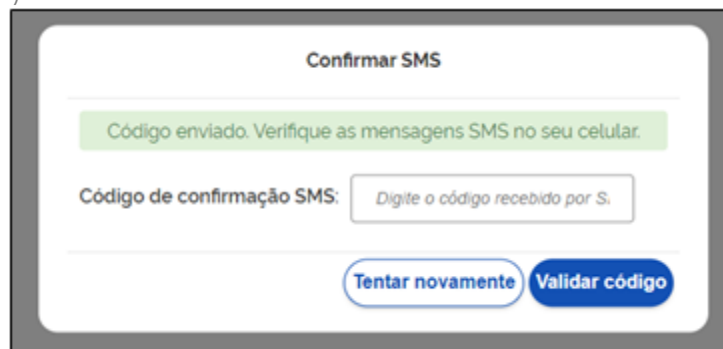
2. Digite o CPF e senha e clique em “Entrar” (Figura 4).

Figura 2 – Identificação de pessoa física via gov.br

3. Digite um número para contato e clique em “Enviar código” (Figura 5).

Figura 4 – Confirmação de contato para receber código

4. Digite o código enviado ao número cadastrado e clique em “Validar código” (Figura 6).



A interface 'Confirmar SMS' apresenta um título centralizado. Abaixo dele, uma mensagem verde informa que o código foi enviado. Segue um campo de texto rotulado 'Código de confirmação SMS:' com uma dica de digitação. Na base, há dois botões: 'Tentar novamente' e 'Validar código'.

Confirmar SMS

Código enviado. Verifique as mensagens SMS no seu celular.

Código de confirmação SMS:

Tentar novamente **Validar código**

Figura 4 – Confirmação do código enviado por SMS

5. Clique em “Autorizar” (Figura 7).



A interface 'Autorização de uso de dados pessoais' para o serviço PDPJ-Br lista as informações necessárias para o cadastro. Abaixo, há uma explicação sobre o uso dos dados e dois botões de ação: 'Negar' e 'Autorizar'.

Autorização de uso de dados pessoais

Serviço: PDPJ-Br

Este serviço precisa utilizar as seguintes informações pessoais do seu cadastro:

- Identidade gov.br
- Nome e foto
- Endereço de e-mail
- Número de telefone celular
- Confiabilidades de sua conta

A partir da sua aprovação, a aplicação acima mencionada e a plataforma gov.br utilizarão as informações listadas acima, respeitando [os termos de uso e a política de privacidade](#).

Negar **Autorizar**

Figura 5 – Autorização de uso de dados pessoais

6. Busca de Demanda Abusiva ou em Massa

Busca de Demanda Abusiva ou em Massa

Sigla do Tribunal* TJDF

Código da Serventia (CNS)

Data inicial (1º ajuizamento)

Data final (1º ajuizamento)

☐ Demanda Abusiva ☐ Demanda em Massa

BUSCAR

Realize a pesquisa

Preencha os campos do formulário acima para gerar a tabela de resultados.

Figura 6 – Demanda Abusivas

7. Busca de Demanda Abusiva ou em Massa – Clusters

Busca de Demanda Abusiva ou em Massa – Clusters

Sigla do Tribunal* TJDF

Código da Serventia (CNS)

Data inicial (1º ajuizamento)

Data final (1º ajuizamento)

☒ Demanda Abusiva ☐ Demanda em Massa

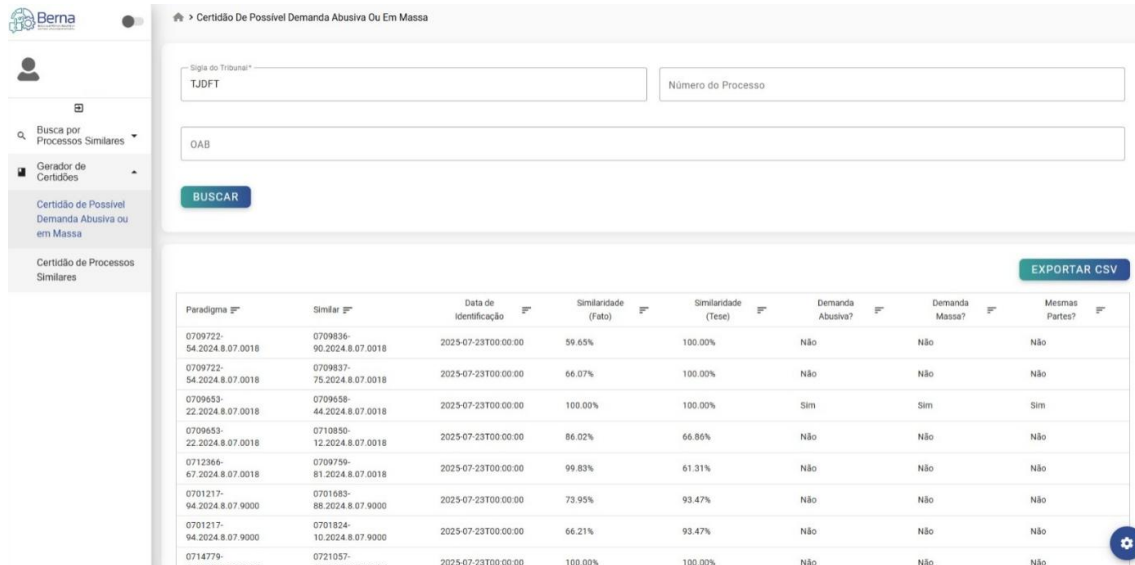
BUSCAR

EXPORTAR CSV

Paradigma	Similar	Similaridade (Fato)	Similaridade (Tese)
0724751-98.2024.8.07.0001	0719911-85.2024.8.07.0020	50.56%	52.76%
0724751-98.2024.8.07.0001	0712179-04.2024.8.07.0004	67.69%	63.38%
0724751-98.2024.8.07.0001	0719537-75.2024.8.07.0018	58.21%	55.57%
0718253-77.2024.8.07.0003	0702053-67.2024.8.07.9000	61.98%	87.43%
0718253-77.2024.8.07.0003	0702116-92.2024.8.07.9000	55.14%	84.28%
0719978-04.2024.8.07.0003	0719826-53.2024.8.07.0003	100.00%	65.49%
0719978-04.2024.8.07.0003	0719921-83.2024.8.07.0003	100.00%	91.35%

Figura 7 – Resultados Demanda Abusivas

8. Gerador de Certidões



Paradigma	Similar	Data de Identificação	Similaridade (Fato)	Similaridade (Tese)	Demanda Abusiva?	Demanda Massa?	Mesmas Partes?
0709722-54.2024.8.07.0018	0709836-90.2024.8.07.0018	2025-07-23T00:00:00	59.65%	100.00%	Não	Não	Não
0709722-54.2024.8.07.0018	0709837-75.2024.8.07.0018	2025-07-23T00:00:00	66.07%	100.00%	Não	Não	Não
0709653-22.2024.8.07.0018	0709658-44.2024.8.07.0018	2025-07-23T00:00:00	100.00%	100.00%	Sim	Sim	Sim
0709653-22.2024.8.07.0018	0710850-12.2024.8.07.0018	2025-07-23T00:00:00	86.02%	66.86%	Não	Não	Não
0712366-67.2024.8.07.0018	0709759-81.2024.8.07.0018	2025-07-23T00:00:00	99.83%	61.31%	Não	Não	Não
0701217-94.2024.8.07.9000	0701683-88.2024.8.07.9000	2025-07-23T00:00:00	73.95%	93.47%	Não	Não	Não
0701217-94.2024.8.07.9000	0701824-10.2024.8.07.9000	2025-07-23T00:00:00	66.21%	93.47%	Não	Não	Não
0714779-07.2024.8.07.9000	0721057-07.2024.8.07.9000	2025-07-23T00:00:00	100.00%	100.00%	Não	Não	Não

Figura 8 – Gerador de Certidões

Configurações recomendadas e perfis de usuário

A Berna opera dentro da infraestrutura da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br). Os tribunais que aderirem ao serviço terão duas formas de interação, cada uma destinada a necessidades distintas:

Canal	Destino	Exemplo nos screenshots	Quando utilizar
Aplicação web – berna-web	Interface gráfica hospedada no PDPJ	Formulários “Busca por Processos Similares”, “Busca por Demandas Abusivas ou em Massa” e “Gerador de Certidões” (capturas de tela)	Acesso rápido por magistrados(as) e equipes das unidades judiciais, sem necessidade de desenvolvimento local
API REST – Swagger	Conjunto de endpoints versionados em /v1	Rotas POST /v1/tarefas/carga/* (carga de dados) e GET /v1/tarefas/consulta/* (consultas), exibidas no Swagger	Integração de sistemas processuais ou painéis personalizados do tribunal

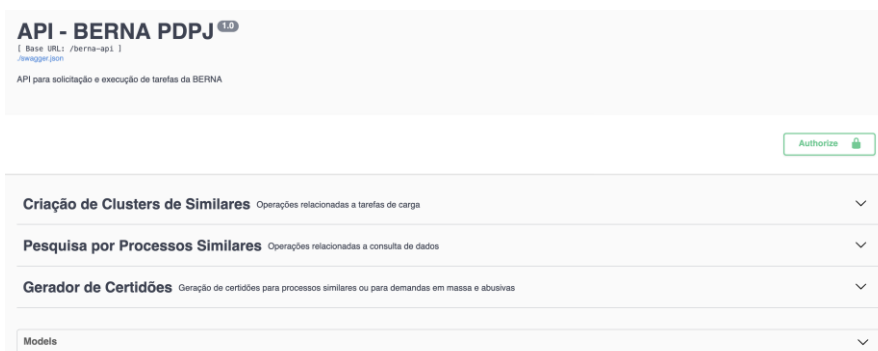
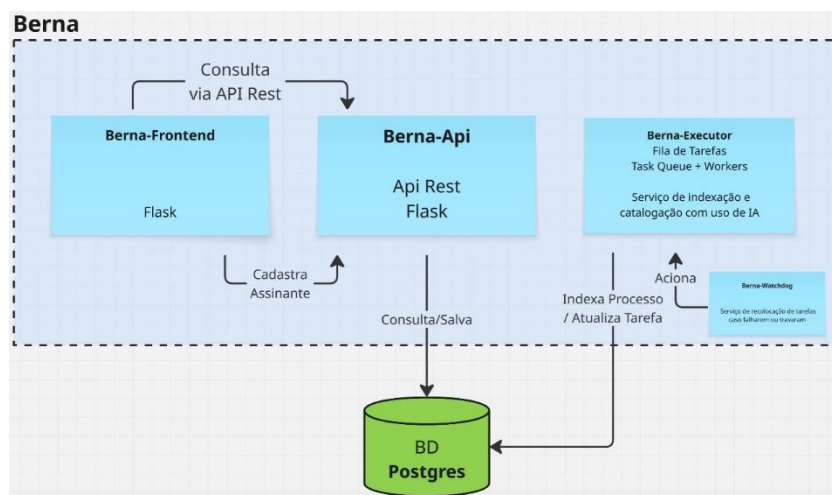


Figura 9 –

Swagger da BERNa: API´s disponíveis.

A arquitetura é composta por três serviços principais:

1. BERNa-Frontend – aplicação React hospedada no PDPJ; renderiza formulários pré-configurados (e.g., campos “Sigla do Tribunal”, “Número do Processo”, “Código da Serventia (CNS)”, datas de 1.º ajuizamento, check-boxes de “Demanda Abusiva / em Massa”).
2. BERNa-API – orquestrador de requisições REST exposto no Swagger; implementa rotas de indexação (/tarefas/carga) e consulta (/tarefas/consulta, /tarefas/certidões), Figura 9.
3. BERNa-Executor – serviço assíncrono que consome uma fila de tarefas; executa o pré-processamento de IA e grava resultados nas tabelas ia_dados (data lake) e documentos_similares (clusters e métricas de similaridade).

Perfis de usuário:

Usuário/Perfil	Tipo de Credenciais	Descrição/atribuições
Magistrado	Usuário	Este usuário, que terá acesso aos serviços ofertados pelo <i>frontend</i> da BERNa, disporá de dados referentes aos clusters processuais e às informações sobre processos, em possíveis situação, de demanda abusiva ou em massa, vinculados ao tribunal a que pertence e gerados pela BERNa.
Sistemas	Serviço	Estes usuários terão acesso às APIs de serviço do módulo BERNa-API. Contarão com as mesmas permissões do perfil de "Magistrado", além de disporem de acesso a serviços específicos fornecidos via API, tais como: criação de clusters, clusterização entre tribunais, exclusão de clusters e consulta de tarefas.

Solução de problemas

1. A BERNa não consegue analisar ou ler a petição inicial de um processo

Isso geralmente ocorre porque o documento foi inserido no processo como uma imagem dentro do arquivo PDF, ou seu tipo foi cadastrado incorretamente no momento do protocolo ou no Datalake do CNJ. A BERNa consegue ler se o documento estiver em formato de texto para conseguir extrair os caracteres e realizar a análise. Recomenda-se o estabelecimento de normas mais rígidas para o protocolo de processos para garantir a qualidade dos documentos inseridos.

2. Erro ao acessar os dados do Datalake pela API

Na maioria das vezes que mostra erro ao acessar dados do Datalake pela API é por conta das credenciais do Token de acesso. Precisa verificar se o token de acesso na API está correto. Lembrando que ele é renovado diariamente.

3. Ao usar a interface Web para mostrar meus processos similares, não é retornado nenhum processo

Para que tenha processos similares, primeiro é necessário executar a Berna para fazer a clusterização inicial. Esse processo pode ser executado pela API, passando a data de distribuição inicial e final, para que os processos distribuídos nesse intervalo do seu Tribunal sejam analisados e clusterizados, nos grupos de similares, pela Berna.

Detalhamento das Funcionalidades e Acesso do Sistema Berna

1. Identificação e Separação de Fatos e Teses Jurídicas

Este é o serviço fundamental da Berna e serve como base para as demais funcionalidades. O fluxo funciona da seguinte maneira:

- **Análise Inicial:** Assim que os processos dos tribunais que aderiram ao sistema são recebidos, a Berna analisa o conteúdo das petições iniciais.
- **Extração e Registro:** O objetivo dessa análise é identificar e registrar os fatos e as teses jurídicas contidas em cada petição.
- **Parâmetro para Outros Serviços:** As informações extraídas (fatos e teses) são então utilizadas como parâmetros de entrada para alimentar os outros serviços oferecidos pelo sistema, como a busca por similaridade e a detecção de demandas abusivas.

2. Busca por processos similares e em massa

Esta funcionalidade visa alertar sobre a existência de processos repetitivos.

- **Busca Automática:** A Berna busca ativamente por demandas que sejam similares, baseando-se nos fatos e teses jurídicas identificados nas petições iniciais.
- **Ação:** Ao ser protocolada uma nova petição, a Berna a lê e, caso detecte similaridade com outras ações já existentes, insere o processo no mesmo cluster. Caso identifique dois novos processos similares sem cluster, a Berna criará novo cluster.

3. Certidões de demandas abusivas, em massa e similares

Este serviço verifica a existência de outras ações similares com relação a causa de pedir e a tese jurídica

- **Demandas abusivas:** são os casos similares na causa e na tese, em que os processos tenham as mesmas partes;
- **Demandas em massa:** são os casos similares na causa e na tese, com coeficiente maior ou igual a 80%;
- **Demandas similares:** são os casos similares na causa e na tese, independente do coeficiente e das partes.

Instruções de Acesso e Navegação

O acesso e a utilização dos serviços da Berna por um tribunal seguem três etapas principais:

- **Adesão à BERNÁ:** A adesão ao sistema deve ser feita a partir da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-br), no CNJ.
- **Configuração da API:** A equipe técnica do tribunal aderente precisa configurar seu sistema processual para que ele possa consumir os serviços que são ofertados pela API da Berna.
- **Acesso ao Portal Web:** Será disponibilizado um link de acesso ao portal Berna-web dentro da PDPJ, por meio de ícone indicativo. Através dele, os usuários poderão gerir os serviços da Berna, acessar as buscas pelos agrupamentos (clusters) de processos identificados, bem como gerar certidões.

Solução de problemas

Perguntas Frequentes (FAQ)

1. O que é a Berna?

É uma solução de inteligência artificial (IA) criada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) para automatizar tarefas no processo judicial com o objetivo de dar mais agilidade, eficiência e precisão ao trabalho das unidades judiciais.

2. O que significa o nome Berna?

Berna é a sigla para "Busca Eletrônica Recursiva usando Linguagem Natural".

3. Para que serve a Berna?

A Berna ajuda a acelerar e organizar o trabalho das unidades judiciais, identificando processos semelhantes, agrupando demandas repetitivas/massa/abusivas, uniformizando demandas, localizando processos com as mesmas partes, gerando certidões com informações relevantes para a serventia e para o gabinete.

4. Quais atividades a Berna faz?

- Análise de petições iniciais usando linguagem natural e separando sua causa de pedir, tese jurídica e pedido;
- Agrupa em conjunto de processos similares pela causa de pedir e tese jurídica;
- Permite a pesquisa por Tribunal, para mostrar todos os grupos de similares;
- Permite a pesquisa dentro dos grupos de similares por tipo de demanda, como em massa e abusiva;
- Permite a pesquisa dentro dos grupos de similares por número de processo;
- Permite a pesquisa dentro dos grupos de similares pelas datas de ajuizamentos dos processos;
- Gera certidões de processos em massa, repetitivos e demandas abusivas.

5. Como são geradas as certidões das demandas abusivas?

Este serviço verifica a existência de outras ações similares com relação a causa de pedir e a tese jurídica, sendo retornado nas certidões os casos similares na causa e na tese, em que os processos tenham as mesmas partes.

6. Como são geradas a certidões das demandas em massa?

Este serviço verifica a existência de outras ações similares com relação a causa de pedir e a tese jurídica, sendo retornado nas certidões os casos similares na causa e na tese, com coeficiente maior ou igual a 80%.

7. Como são geradas a certidões das demandas similares?

Este serviço verifica a existência de outras ações similares com relação a causa de pedir e a tese jurídica, apresentando os casos similares na causa e na tese, independente do coeficiente e das partes.

8. A Berna substitui o trabalho dos servidores?

Não. A Berna automatiza tarefas repetitivas, liberando os usuários do sistema para atividades mais complexas e que exigem análise humana.

9. A Berna garante a privacidade dos dados?

Sim. Todo o funcionamento da Berna segue as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as Normas do Conselho Nacional de Justiça.

10. A Berna precisa de IAG's ou LLM's para funcionar?

Não, ela utiliza inteligências artificiais clássicas, como os modelos preditivos e de classificação.

11. Qual a base de dados de processos que a Berna utiliza para construção dos grupos de similares?

A Berna utiliza o Datalake do CNJ.

12. O meu tribunal não alimenta o Datalake com todos os nossos processos judiciais. Teremos prejuízo no uso da Berna?

Sim. Caso o seu tribunal não esteja alimentando a contento os dados no Datalake do CNJ, o trabalho da Berna poderá ficar prejudicado.

13. Meu tribunal alimenta corretamente o Datalake, mas quando vou consultar a Berna por processos similares, não encontra nenhum processo. O que pode estar acontecendo?

O mais provável é que não foi feita a execução inicial da Berna para clusterização/agrupamento dos seus processos. É necessário realizar essa execução inicial por meio da API da Berna, sendo a API: Criação de Clusters de Similares, Figura 9 do manual.

14. A Berna não consegue analisar ou ler a petição inicial de um processo. Porque está acontecendo isso?

Isso pode acontecer por dois motivos: (a) sua petição inicial no Datalake não está corretamente identificada conforme a TPU para tipo de arquivos "Petição Inicial" ou porque suas petições iniciais no Datalake estão como imagens no arquivo PDF. A Berna consegue ler se o documento estiver em formato de texto para conseguir extrair os caracteres e realizar a análise. Recomenda-se o estabelecimento de normas mais rígidas para o protocolo de processos para garantir a qualidade dos documentos inseridos.

Links úteis e informações para contato

Funcionamento: A Berna é uma solução de inteligência artificial para informação de casos repetitivos, que permite automatizar rotinas processuais baseadas nessas informações. Seu funcionamento básico se dará por meio de adesão a Berna e aos serviços solicitados.

Informações para contato

Caso encontre inconsistências nos dados e informações relativos a processos judiciais, entre em contato com a equipe de suporte do seu tribunal responsável por encaminhar os dados para o Datalake do CNJ. A lista de tribunais está disponível para consulta no site do CNJ: <https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/tribunais/>

Para solicitar informações ou relatar problemas específicas com a ferramenta, acesse o portal <https://suporteti.cnj.jus.br/>, administrado pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do CNJ. Por ela, é possível abrir e acompanhar o andamento da demanda, desde a abertura até a conclusão do atendimento.

Legislação

Atos do CNJ

Resoluções

- [Resolução n. 335, de 29/09/2020](#). Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da PDPJ-Br. Mantém o sistema PJe como sistema de processo eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça.
- [Resolução n. 320, de 15/05/2020](#). Altera a Resolução CNJ nº 185/2013, que institui o PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.

Instruções Normativas

- [Instrução Normativa n. 86 de 26/04/2021](#). Dispõe sobre a governança e a gestão negocial das soluções de tecnologia da informação e serviços digitais do Conselho Nacional de Justiça.

Recomendações

- [Recomendação n. 93 de 06/04/2021](#). Recomenda o uso da Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (Connect-Jus).

Para mais informações, acesse: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/legislacao-e-normativos/>